



ACREDITAÇÃO DE NOVO CURSO DE MEDICINA

O Conselho de Escolas Médicas Portuguesas (CEMP) e a Associação Nacional de Estudantes de Medicina (ANEM) vêm por este meio pronunciar-se após o anúncio da acreditação, por parte da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), do Mestrado Integrado em Medicina na Universidade de Aveiro.

Em março do presente ano, foi publicado, pelos Ministérios da Saúde e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do XXIII Governo Constitucional, o **Relatório do Grupo de Trabalho para a Avaliação das Necessidades Formativas em Medicina**, disponível [\[aqui\]](#) o qual defende que a **qualidade da formação dos médicos se estabelece como a única garantia para qualquer cenário adverso que surja no futuro**, quer para doentes quer para médicos. Consequentemente, importa garantir que é adotada uma abordagem coordenada da expansão de vagas nas Escolas Médicas, num processo colaborativo focado nas necessidades nacionais. Entre várias recomendações, surge a da necessidade de garantir a disponibilidade de estágios clínicos de qualidade e das necessidades específicas das populações locais dentro das áreas geográficas, criando-se redes formativas regionais que permitam uma expansão da rede clínica de formação atual, **mantendo a qualidade formativa**.

A proposta de Mestrado Integrado em Medicina na Universidade de Aveiro, aprovada pela A3ES, terá o seu ensino clínico a decorrer nas Unidades Locais de Saúde Gaia/Espinho; Entre Douro e Vouga; e da Região de Aveiro, pertencendo as duas primeiras à Área Metropolitana do Porto. Esta região agrega, neste momento, três faculdades de Medicina: a Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (FMUP), o Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto (ICBAS-UP) e a Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade Fernando Pessoa. Relativamente às duas primeiras, onde o Mestrado Integrado em Medicina funciona na atualidade, o ensino clínico decorre entre a Unidade Local de Saúde de São João, Unidade Local de Saúde de Santo António e instituições hospitalares afiliadas que incluem as Unidades Locais de Saúde Gaia/Espinho e Entre Douro e Vouga na região supramencionada. Diariamente, a região do Porto suporta em ensino clínico, em cuidados hospitalares e primários, cerca de 1500 estudantes de medicina, com mais de 500 estudantes só na Unidade Local de Saúde Gaia/Espinho.

Desta forma, a abertura de uma Escola Médica numa região geográfica já abrangida pelo ensino clínico médico, com expansão de vagas, implica, necessariamente, uma **maior pressão formativa** nas Unidades Locais de Saúde afiliadas partilhadas com o novo curso ou, por perda de protocolos, nas restantes Unidades Locais de Saúde afiliadas e nucleares. Consequentemente, pode ocorrer **redução da qualidade formativa**, que é contrária ao que se pretende para o futuro do país. Assiste-se, simultaneamente, a um aumento do número de estudantes por doente que se torna desadequado, com possíveis implicações éticas e com a possibilidade de que o contacto da pessoa doente com os cuidados de saúde seja negativamente afetado pelo elevado número de intervenientes.

Assim consideramos que a abertura de Faculdades de Medicina e/ou aumento das vagas nas Faculdades existentes obriga a um planeamento estratégico e adequado nos locais de ensino clínico, bem articulado com as Faculdades já existentes.

Apenas aumentar o número de estudantes de Medicina em nada resolve os atuais problemas do Serviço Nacional de Saúde, já que este aumento não resulta diretamente num efetivo aumento de profissionais de saúde no SNS.

Apelamos à utilização dos dados existentes, de forma multissetorial e coordenada, para a tomada de decisões políticas que garantam, estrategicamente, a manutenção e melhoria da qualidade da formação médica e dos cuidados de saúde em Portugal.

Pela ANEM,



Rita Ribeiro

Presidente da Direção da Associação Nacional de Estudantes de Medicina

Pelo CEMP,



Professora Doutora Helena Canhão

Presidente do Conselho de Escolas Médicas Portuguesas